

Um Olhar Atento à Paisagem: Entrevista com Dora Shellard Corrêa

Elenita Malta Pereira¹, Denis Henrique Fiuza², Sara Rocha Fritz³

¹ Doutora em História (UFRGS). Professora Adjunta no curso de História da Universidade Federal de Rondonópolis-MT, Brasil. ORCID: 0000-0001-9835-391X. E-mail: elenitamalta@gmail.com

² Doutorando em História no Programa de Pós-Graduação (PPGH) da Universidade Federal de Santa Catarina. ORCID: 0000-0003-4353-4726. E-mail: dfuzaahistoria@gmail.com

³ Mestranda em História no Programa de Pós-Graduação (PPGH) da Universidade Federal de Santa Catarina. ORCID: 0000-0002-6425-9711. E-mail: sarafritz248@gmail.com

Dora Shellard Corrêa, Professora Adjunta no curso de História da Universidade Estadual de Londrina (UEL), vem construindo uma obra de referência incontornável quando o assunto é a análise histórica das paisagens. Desde sua tese de doutorado, publicada em livro com o título *Paisagens sobrepostas: Índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1923-1930)*⁴, a paisagem tem sido seu tema privilegiado de pesquisa.

Dora escreveu o verbete “Paisagem” no Glossário de Termos do Mundo Ibérico, considerando que essa palavra é usada atualmente de forma muito diversa do observado nos séculos XVI, XVII ou XVIII. A partir do século XIX, “de arte metamorfoseou-se em natureza, de representação, transfigurou-se no representado”⁵. No artigo “Paisagem através de outros olhares”, a historiadora propõe que as historiadoras e os historiadores fiquem atentos à historicidade da ideia de paisagem e as representações atreladas, assim como das formas percebidas, pois a representação não se trata de simples reflexo, contém mais do que o real. Dora nos indica que é importante prestar atenção no tempo do protagonista da descrição, da fotografia ou da pintura, bem como do próprio investigador⁶.

Para além da pesquisa, Dora possui uma trajetória muito rica no ensino de história. Antes de entrar na UEL, foi professora por quase vinte anos no Centro Universitário Fieo (UNIFIEO), onde, como nos relatou na entrevista, teve experiências com os públicos mais variados de estudantes, em especial os de classes mais desfavorecidas. Ela também ocupou o cargo de historiógrafa no Instituto Butantan (entre 1986-1990), por meio do qual administrava o Museu Histórico e Arquivo Histórico do Instituto.

Uma trajetória tão fecunda tem proporcionado contribuições muito importantes para a história ambiental, e, nesse sentido, trazê-la a público pode muito ajudar na formação de novos historiadores ambientais. Foi com esse intuito que convidamos Dora a ser entrevistada por nós na playlist Minha História Ambiental, no

⁴ Dora S. Corrêa. *Paisagens sobrepostas: Índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva 1923-1930* (Londrina: Eduel, 2013).

⁵ Dora S. Corrêa. “Paisagem”, Verbetes, *Glossário de Termos do Mundo Ibérico*, Available in: <https://denipoti.wixsite.com/website/paisagem>

⁶ Dora S. Corrêa. “Paisagem através de outros olhares”, *Revista de História Regional*, 20, 2 (2015): 252-276.

canal Lutz Global do YouTube, que é uma iniciativa de divulgação do conhecimento em história ambiental e história pública, construindo, assim, uma história ambiental pública⁷.

Essa playlist é dedicada a entrevistas de historiadores que se destacam na história ambiental, com o objetivo de conhecer melhor a biografia dos pesquisadores por trás dos livros e artigos que tanto estimamos e citamos. Com a publicação da entrevista de Dora Shellard Correa, iniciamos uma série na Halac, em que reformularemos as entrevistas originais, na esperança de ampliar o alcance do seu público. Boa leitura e boas inspirações!

Imagem 1. Dora Shellard Corrêa. Data: 2019.



Fonte: Arquivo Pessoal de Dora Shellard Corrêa.

⁷ Lutz Global é resultado de um projeto de pesquisa apoiado pelo CNPq (Edital Universal 01/2016, desenvolvido entre 2017-2020), focado na trajetória internacional do ambientalista brasileiro José Lutzenberger. O projeto foi coordenado por Elenita Malta Pereira e teve Sara Rocha Fritz como Bolsista de Iniciação Científica e Denis Henrique Fiuza como Bolsista Técnico. Os três autores agradecem a ajuda recebida do CNPq.

ENTREVISTA

ELENITA - Uma boa forma de iniciar nossa conversa é começar pela sua formação. Dora, a sua tese de doutorado foi defendida em 1997 e já tratou o tema das paisagens, pelo qual você vem se destacando na história ambiental. Poderia falar sobre o seu interesse no tema, e como foi o trânsito da História Econômica para a História Ambiental? Quando e como a história ambiental entrou na tua trajetória acadêmica?

DORA – Na época do meu mestrado e do doutorado, não havia pós-graduação em História Ambiental no Brasil. Eu havia feito o meu mestrado em História Econômica na USP e continuei no mesmo programa. Acho que vale a pena retornar um pouco ao período do mestrado porque, de certa forma, explica o percurso que eu tomei. Entrei no programa de Mestrado em História Econômica com a proposta de pesquisar um núcleo de colonização criado em 1930 pelo governo do Estado de São Paulo, no sudoeste do estado, na bacia do alto Paranapanema. Foi denominado Núcleo Colonial Barão de Antonina, hoje município de Barão de Antonina. Quando da sua criação, em 1930, afirmava-se que era a primeira experiência oficial de colonização planejada. Logo no início da pós, consegui uma bolsa de estudos norte americana para a Universidade de Indiana, onde permaneci durante um ano, sob orientação do professor Emílio Moran. Ele trabalhava na linha da Antropologia Ecológica e desenvolvia pesquisas sobre a região amazônica. Seu doutorado havia sido sobre uma agrovila implantada ao longo da Transamazônica no início dos anos 70, na região de Altamira. Quando retornei ao Brasil e continuei no mestrado, porém, comecei também a trabalhar no Conselho Estadual do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Entre outras coisas, participei dos estudos iniciais sobre as primeiras Áreas de Proteção Ambiental (APA) criadas no Estado. Uma

delas era a APA Corumbataí, Botucatu, Tejupá, que abrange, na porção Tejupá, o município de Barão de Antonina.

O meu mestrado focou nos colonos, na forma de utilização da terra, comercialização da produção agrícola, as dificuldades enfrentadas entre 1930 até a sua emancipação em 1964, e na atuação do Estado. Acabei a dissertação com inúmeras questões, especialmente ligadas às descrições daquelas terras do sudoeste paulista. Certamente, foram suscitadas pela experiência junto ao professor Moran, pela minha passagem pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), mas também por toda a transformação da historiografia brasileira na década de 1980, a publicação da Política Nacional do Meio Ambiente, o crescimento dos debates sobre a degradação ambiental e da mobilização da sociedade pela preservação.

Antes de entrar no doutorado, passei num concurso no Instituto Butantã. A princípio, pensei em trabalhar na área de História das Ciências, com o tratamento para a mordedura de cobra. A ideia era comparar os tratamentos preconizados nos séculos XVII, XIX e XX, quando foi desenvolvido o soro antiofídico. Naquela época, o Museu de cobras do Instituto Butantã, a que eu estava ligada, estava atravessando toda uma transformação conceitual. As exposições priorizavam informações que levassem o visitante a respeitar os animais, questionassem a sua extinção, refletissem sobre os seus próprios conhecimentos sobre aquelas espécies. Porém, ao entrar doutorado, decidi sair do Butantã.

Continuei a mexer com diagnósticos ambientais e relatórios de impacto ambiental, como fazia à época do CONSEMA. Um desses estudos foi sobre o perímetro Tejupá da APA Corumbataí Botucatu Tejupá. Resolvi voltar à região do Barão de Antonina, só que recuando para o século XIX, quando aquelas terras foram declaradas parte de um aldeamento indígena. A ideia era estudar a transformação da paisagem.

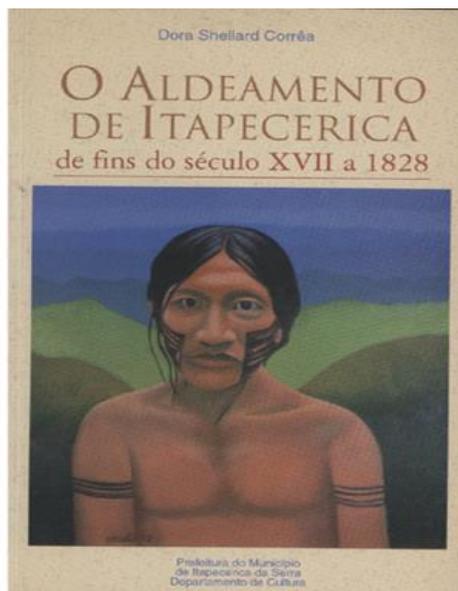
Quando iniciei a pesquisa sobre o aldeamento São João Batista do Rio Verde, entrei em contato com Warren Dean. Ele já havia lançado no Brasil “A luta pela borracha” e havia acabado de publicar nos Estados Unidos “With Broadax and firebrand: the destruction of the Brazilian Atlantic forest”. Foi muito atencioso. Além de indicar uma bibliografia sobre História Ambiental, enviou-me alguns artigos próprios e de

outros historiadores ambientais. Acabei conhecendo uma rica bibliografia norte americana, não brasilianista.

Quando defendi o doutorado já haviam sido lançados alguns estudos em História Ambiental escritos por brasileiros. Um dos primeiros foi “A extinção do arco-íris. Ecologia e História” (1988) de Jozimar Paes de Almeida, resultado da sua dissertação de mestrado. Um pouco antes, em 1987, José Augusto Pádua publicava “Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil” numa coletânea organizada por ele, “Ecologia e política no Brasil”. Em 1991, a revista Estudos Históricos (v. 4, n. 8) divulgou o dossiê História e Natureza, com os artigos do José Augusto Drummond, “A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa”, e de Donald Worster, “Para fazer história ambiental” entre outros. Esses dois artigos, acredito, especialmente o de Worster, estejam entre os mais citados no Brasil pelos historiadores ambientais ainda hoje.

Enfim, quando defendi a tese, História Ambiental já não era um campo desconhecido, embora a produção brasileira ainda fosse pequena. Na ANPUH, começavam a aparecer os primeiros Simpósios Temáticos especificamente em História Ambiental. Nesse momento, meio ambiente já era um tema que estava sendo tratado por várias áreas dentro das Ciências Humanas.

Imagem 2: Capa do livro *O aldeamento de Itapecerica de fins do século XVII a 1828*, da autoria de Dora Shellard Corrêa, publicado em 1999.



Fonte: Capa do livro

ELENITA: Você fez referência ao Warren Dean, autor de um dos livros importantes da história ambiental, *A ferro e fogo: a história da Mata Atlântica*.

DORA: O Warren Dean foi um brasilianista com uma obra relevante em História Econômica, antes de focar o ambiental. Era leitura obrigatória para quem trabalhava com São Paulo no século XIX e início do XX, especialmente seus livros “Industrialização de São Paulo 1880-1945” (1971) e “Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura – 1820-1920” (1977). Em 1989, foi publicado em português “A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica”. Um livro menos referenciado do que “A ferro e fogo”.

Infelizmente ele morreu em 1994, antes que eu pudesse conhecê-lo pessoalmente.

ELENITA: Sim. Mas que coincidência triste, pois você não conseguiu falar com ele.

DORA: Foi feita uma homenagem a ele na FFLCH-USP ainda em 1994, organizada pela profa. Maria Lígia Prado. O evento foi muito simpático à sua memória, contando com relatos que não se limitaram à discussão de sua produção acadêmica, avançando por momentos folclóricos da amizade que alguns dos intelectuais presentes mantinham com ele. Eventos engraçados, mas que acabaram revelando o envolvimento pessoal e não somente acadêmico de Warren Dean com a luta pela preservação ambiental.

A Revista de História (n. 133, 1995) reproduziu uma pequena parte dessa homenagem. Traduzi para essa publicação o artigo “A conservação das florestas no sudoeste do Brasil, 1900-1955” que Warren Dean havia escrito em 1985 para a revista *Environmental Review* (v. IX, n.1).

Imagem 3: Dora Shellard Corrêa. Chapada Diamantina-MG. Data: 2015.



Fonte: Arquivo Pessoal de Dora Shellard Corrêa

SARA: Continuando a falar sobre a sua tese, que depois virou o livro *Paisagens Sobrepostas* - gosto muito e tenho usado ele, ultimamente. Uma das partes mais admiráveis nesse trabalho é como os indígenas entram na pesquisa. Os colonos, quando chegam nas matas de Itapeva, sequer reconheciam a existência de uma paisagem indígena, aquele espaço era visto como um sertão “intocado”, “primitivo”, mesmo que lá tivessem objetos, elementos que marcassem essa presença indígena. Eles sabiam que os indígenas viviam lá, mas não reconheciam nessa paisagem a manifestação de uma cultura. É muito difícil reconstruir paisagens indígenas pretéritas, justamente porque em geral elas não deixaram relatos escritos ou imagens, a não ser esses de negação, que foram feitos pelos colonos. Mas, ao adentrar nessa sobreposição de paisagens, você traz à tona (pentimento, usando a sua própria analogia) essa paisagem

indígena. E eu acho isso muito incrível, muito singular no seu trabalho, então queria que você comentasse um pouco mais sobre se foi desafiador entender a transformação indígena do espaço a partir dos relatos dos colonizadores, como foi isso?

DORA: Em realidade, a princípio, eu queria representar a paisagem indígena, porém acabei entendendo que o que eu tinha na verdade eram indícios da presença indígena percebidos e significados por não indígenas. Atentando para detalhes do cenário descrito, suas contradições com relatos anteriores, comparando com a descrição de parte da área feita em 1930 e, especialmente, atentando para os filtros por que passavam as descrições de todos que estiveram envolvidos na criação, estabelecimento e dia a dia do aldeamento, me conscientizei da parcialidade das descrições. Resultado, em grande parte, de seus substratos culturais, mas também fruto dos objetivos desses sujeitos. O título “paisagens sobrepostas” remete ao fato dessas descrições revelarem realidades diversas: tanto pequenos sinais indígenas e não indígenas no espaço natural representado, uma abelheira cortada, evidências de fogueira, como também grandes vazios em razão da deliberada intenção desses testemunhos em percorrer e descrever caminhos que evitavam territórios indígenas considerados inimigos. Enfim, paisagens sobrepostas, porque haviam formas percebidas e evidenciadas claramente nas descrições, e outras cuja representação não passava de pequenos sinais, exposições imprecisas, mutiladas pela significação dada. A leitura do historiador Carlo Guinsburg e do filósofo Henry Lefebvre na época foram muito importantes para a minha reflexão.

Mas em realidade, eu sempre acho que falta ainda um caminho longo a percorrer e gosto de pensar assim. Depois do doutorado eu continuei a trabalhar com a ideia de paisagem, retornando muitas vezes àquela área, a estudos sobre sertão, sobre história indígena e sobre a historiografia anterior à década de 80 que se debruçou sobre o espaço físico.

A leitura de “Visão do Paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil”, de Sérgio Buarque de Holanda, e a “Invenção da Paisagem”, de

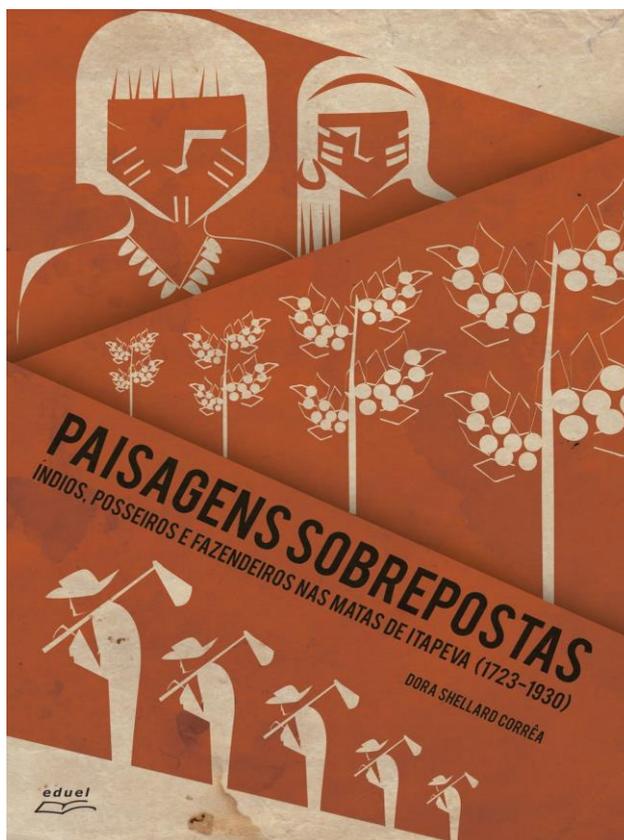
Anne Cauquelin, me levaram a prestar atenção na transformação da visão desses vários testemunhos do século. Em princípio, a minha preocupação foi com a ideia do que é real e do que é imaginário e a influência de concepções católicas e a transformação do pensamento processada no final do século XVIII. No final do 18, começa a mudar, e no 19 a gente tem uma outra concepção do que é real e objetivo. Mas, além disso, houve outras mudanças na dimensão, perspectiva, enfoque, enquadramento. Porém, processos, mudanças que buscam dar objetividade às descrições. Contudo, esses cenários visualizados, hoje no século XXI, continuam a ser percebidos, significados e interpretados a partir de preceitos de uma cultura singular, a cultura ocidental. A leitura da história indígena e de antropólogos como Eduardo Viveiros de Castro e Manuela Carneiro da Cunha tem me convencido que devemos aprender a olhar com os índios para tentar enxergar suas paisagens.

No pós-doutorado, volto à região com a ideia de comparar descrições de vistas do século XVII, XVIII e XIX. Uma história longa, conforme Braudel. Esse retorno ao século XVII para mim foi fundamental, pois, entre outros aspectos, noto mudanças na dimensão das vistas retratadas e admiradas, na relação com os indígenas, nas plantas e animais distinguidos e na concepção do que é real ou imaginário. Os relatos jesuítas são muito interessantes, pois nos revelam como a percepção do espaço natural é marcada culturalmente. Os jesuítas que estudei andavam sozinhos pelos sertões, tendo os índios como guias e definidores dos percursos e direções a tomar. Eram eles também que localizavam para os jesuítas, quando necessário, as plantas comestíveis e remédios próximo às trilhas que determinavam seguir. Verifiquei que informações constantes nas fontes do século XVII, produzidas pelos jesuítas, eram conhecidas pelo Tenente Coronel Afonso Botelho de Sampaio e Sousa, que comandou as entradas na região no século XVIII e lidas pelo organizador do aldeamento indígena de São João do Batista do Rio Verde no século XIX. Os três conjuntos documentais fazem referências a encontros com comerciantes ao longo do percurso naqueles sertões.

Os caminhos percorridos nos séculos XVIII e XIX já eram conhecidos e, portanto, havia uma noção do que encontrariam. No século XVII, são apreendidos traficantes na estrada proibida que atravessava uma parte da região que estudei. No XVIII, os mapas apontam trilhas informadas “pelos antigos”, assim como os relatórios indicam que estão

em caminhos/trilhas que foram percorridas “pelos antigos”, além de encontrarem no percurso sertanistas. Passo a compreender que a região sempre foi perambulada, e transformada por indígenas, mas também por uma população que vem da colônia, mas que não deixa registros escritos. Nos restaram apenas passagens em relatos policiais, memórias orais preservadas num mapa, numa referência a informações dos “antigos” ou nem isso.

Imagem 4: Capa do livro Paisagens sobrepostas, tese de doutorado da nossa entrevistada.



Fonte: Capa do livro

DENIS: Dora é uma alegria estar aqui entrevistando você. Continuando no tema da paisagem, sobre o qual você é uma das principais referências, há uma citação do Felipe Descola que eu gosto muito, que fala assim: “não há paisagem sem observador e não há um observador sem percepção”. Ou seja, a paisagem é sempre o recorte, é o olhar do observador. E, em relação à historiografia,

podemos dizer que é sempre uma representação de um lugar que existe, porém, sempre parte desse recorte do olhar. Eu gostaria de saber então se você concorda com essa afirmação e quais são as principais vertentes hoje na história ambiental que estão pesquisando a paisagem?

DORA: Concordo com o Philippe Descola de que a percepção da paisagem é um dado cultural. A antropologia nos auxilia em muito na leitura dessa documentação que descreve o sertão, entre outros aspectos, porque nos informa sobre a parcialidade dos relatos. Aliás, a própria geografia cultural com Dennis Cosgrove, a filosofia com Anne Cauquelin, vários intelectuais de diferentes áreas das Ciências Humanas são fundamentais para o estudo dessas descrições de vistas. Nos alertam sobre os diferentes significados dados aos cinco sentidos: a visão, audição, paladar, olfato e tato. Na documentação que analisei do século XVIII, as expedições oficiais ao sertão do Tibagi, um comandante é repreendido porque utilizou a sua percepção auditiva para fazer uma afirmação e tomar uma decisão. A repreensão foi feita com base nas orientações publicadas por D. Luis de Souza Botelho Mourão em 1766, onde está posto que os comandantes deveriam relatar o visto. O comandante identifica o seu erro, reconhecendo que não podia tomar uma decisão e empreender uma ação junto com seus soldados baseado somente num fato auditivo. Isso porque audição nos engana, diferentemente da visão, reconheceu o comandante. O “ver” é definido como prova da realidade de um fato na cultura ocidental, pelo menos a partir da segunda metade do século XVIII.

Tem sido importante na minha reflexão sobre paisagem, mais recentemente, a leitura de Reinhart Koselleck. Um dado que chamava a minha atenção e me incomodava na análise da documentação do século XVII, XVIII e XIX era o fato de eu nunca encontrar o termo paisagem, somente referências a uma vista que parecia ou lembrava uma pintura. Como se a natureza imitasse a arte. Por um acaso da vida, na UEL, acabei entrando num projeto coordenado pelo professor Claudio Denipoti junto ao grupo CEIbero (Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos), que propõe a elaboração de um Glossário de Termos Setecentistas (CEIbero). Escrevi sobre o termo paisagem.

Muitos pesquisadores iniciam seus artigos afirmando que a origem do termo paisagem está lá no século 15, século 16, com a pintura. Porém, não se dá muita atenção a esse dado. Paisagem não era o termo que se utilizava para aquilo que se visualizava. As formas naturais e humanas que se percebia à frente eram vista ou prospecto. Paisagem era um tipo de pintura, que representava formas naturais e humanas visualizadas, porém alterando-as para simular a realidade, não só através da perspectiva, mas também da luz, da visibilidade, etc. A intensão era despertar a sensação sublime através da obra e superar a própria natureza. A paisagem deveria transmitir a sensação de sublime. O artista deveria corrigir as imperfeições da natureza, da vista. Havia de corrigir a luz, a imagem de um elemento distante, simular a ação do vento. O geógrafo Denis Cosgrove escreveu que o conceito de paisagem nunca conseguiu se desvencilhar do sublime, mesmo na ciência. Anne Cauquelin afirma que foi a arte que conformou o nosso olhar da paisagem. É singular que não raro encontremos referências a uma vista no século XVIII afirmando que ela até parecia uma pintura. Talvez devêssemos nos perguntar por que uma pessoa nunca se transformou num retrato, um gênero da pintura renascentista. Ao contrário, a paisagem, outro gênero da pintura renascentista, a imagem do conjunto de formas naturais e humanas visualizadas à frente representadas em perspectiva, metamorfoseou-se em real concreto ao longo do século XIX.

Ainda hoje nós temos uma dificuldade grande em conceber a paisagem como uma representação, apesar dos inúmeros estudos sobre essa noção. O uso corriqueiro de paisagem como o conjunto natural, os elementos tangíveis que vemos à frente em perspectiva, nos contaminou de tal forma que apesar das inúmeras discussões sobre o conceito, ele ainda é mais utilizado academicamente como uma concretude e não uma representação do visualizado. Entre os historiadores ambientais nós temos tanto aqueles que veem paisagem como uma representação, como aqueles que a definem como uma concretude. Talvez o fato de alguns pesquisadores dialogarem com a história cultural ou geografia cultural interfira na sua conceituação. Mas veja, está posto no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza que um dos seus objetivos é proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica. Como se

existissem paisagens, além disso, pouco alteradas. “Paisagens de notável beleza cênica”, como se beleza cênica fosse um fato objetivo, universal.

Eu concordo com o Cosgrove, o que você quer preservar não é exatamente aquela natureza. Começa que os conceitos de conservação e preservação pressupõem transformar aquela natureza em intocável, que é outra coisa que foge à própria natureza da natureza. O que são essas paisagens de notável beleza cênica senão vistas em que classe social não é perceptível, assim como não conseguimos identificar cultura. Quem tem direito e tempo para simplesmente parar, olhar, se deleitar, observando uma vista, como questionou o Raimond Williams? A quem serve a conservação das paisagens de notável beleza cênica?

Imagem 5. Dora Shellard Corrêa. Alter do Chão-Pará. Data: 2019



Fonte: Arquivo Pessoal de Dora Shellard Corrêa.

ELENITA: Muito interessante. Você chama atenção que no século XVIII começa a questão do visual, que hoje domina a nossa sociedade.

DORA: Em realidade o que acentuei foi o fato de que nas ordens do Governador da Capitania de São Paulo, quando das expedições para o descobrimento do sertão do

Tibagi, no último quarto do século XVIII, ordena que seus comandantes deveriam ver e examinar determinadas paragens. Um de seus oficiais é censurado justamente porque confiou na audição e não na vista para tomar uma decisão. É um momento em que os mapas passam a ser mais detalhados priorizando as informações objetivas que, no caso das expedições ao Tibagi, forneciam dados para os meios de penetração dos soldados e proteção do território, bem como, e aí as descrições se juntavam aos mapas, indicando a viabilidade do avanço de proprietários coloniais sobre determinadas regiões. Observa-se uma produção cartográfica relevante sobre porções do interior da colônia. Mapas que vão perdendo toda uma série de imagens, de um imaginário significativo pintado nas suas bordas.

A pesquisa no tempo longo tem suas vantagens e desvantagens. Perdemos no aprofundamento e especialização num dado período, mas ganhamos porque se consegue acompanhar fatos e processos que não raro são esquecidos. É incrível, e aí a gente percebe como o nosso olhar, as nossas percepções e representações mudam. Quando os jesuítas olhavam em perspectiva o Guairá, apresentavam/representavam um cenário abstrato, uma vista que via muito além do espaço passível de ser enxergado, o autor acomodava as espécies vegetais, rios e relevo no cenário; era um olhar bem abstrato. Essa paisagem era determinada por seus ocupantes, cristãos ou pagãos.

ELENITA: Você citou o Raymond Williams, seria *O campo e a cidade*?

DORA: Sim, *O campo e a cidade*. Embora não seja um livro particularmente sobre a noção de paisagem, mas sobre a representação do campo feita pela literatura inglesa, urbana, é uma obra muito rica que está trabalhando com o assunto. No seu primeiro capítulo, na realidade, a introdução do livro, o autor conta que nasceu no campo e, quando escrevia o livro, morava numa universidade no campo, mas ocupada por citadinos. Expõe como tal passado possivelmente interfere na própria percepção que se tem sobre o espaço e a natureza, como a memória interfere na significação dos sons e imagens. Num dos capítulos iniciais, analisa como a cidade e o campo eram descritos no século XVIII nas poesias inglesas e sobre a observação das vistas e as reflexões sobre

elas. Ressalta que muitos devem ter observado o horizonte e admirado a natureza, por exemplo, um guarda de castelo, mas estavam trabalhando. Não podiam interromper a atividade e permanecer refletindo sobre o que viam. Contudo, houve um momento que surgiu um personagem, o burguês, que podia parar à frente de um cenário e ficar se extasiando com ele, descrevendo-o, pintando-o. Outros podiam comprar os livros de poesia e ler, bem como adquirir os quadros e sentar a frente deles e olhar. É nesse momento que se inventa a paisagem.

ELENITA: E o Cosgrove?

DORA: O Cosgrove tem um artigo em português numa coletânea ótima da Universidade Estadual do Rio de Janeiro organizada por Zeny Rosendhal e Roberto Lobato Corrêa. Porém, quando comentei a pouco sobre ele me referi ao livro “Social formation and symbolic landscape”. O Cosgrove tem muitos trabalhos interessantes para nós da história ambiental, mas que não estão traduzidos. Acho que não temos muito mais coisa traduzida desse geógrafo norte americano do que o artigo na coletânea da UERJ. Os Estados Unidos têm uma produção expressiva e bem diversificada teoricamente em História Ambiental. Entretanto, muito pouco disso foi traduzido para o português pelas editoras brasileiras. Às vezes me parece que boa parte dos historiadores ambientais brasileiros acreditam que a história ambiental norte americana se resume, ou melhor, se alinha teoricamente, a Donald Worster. O que é uma ilusão. Em relação à história da criação dos parques nacionais, por exemplo, encontramos tanto livros que exaltam positivamente essas unidades, como outros que descrevem o reverso dessa moeda, todo o processo de desapropriação ou encolhimento dos territórios indígenas e o controle da forma de sobrevivência dessas populações. Nesses casos, a criação do parque é utilizada como justificativa. Outro exemplo é a obra de Carolyn Merchant, que desenvolve pesquisas relevantes sobre meio ambiente e a questão de gênero, mas não é lida pelos historiadores brasileiros e sim por alguns sociólogos ligados ao debate sobre gênero.

ELENITA: Você tem uma trajetória profissional muito interessante e variada, realmente muito rica. Trabalhou com historiógrafa, antigamente não havia ainda a profissão de historiador, na verdade é uma conquista bem recente, de 2020. A Dora foi historiógrafa no Butantan e atuou como professora também muitos anos na iniciativa privada na cidade de Osasco, São Paulo. Sei que você batalhou muito, fez concursos, anos atrás. Felizmente, foi efetivada na Universidade Estadual de Londrina. Você poderia falar um pouco para a gente sobre sua experiência profissional e quais são as diferenças entre trabalhar na rede privada e na rede pública de ensino como professora? Você trabalhou na iniciativa privada por vários anos, poderia dizer o que você acha que ficou de positivo nessa sua carreira, em uma análise retrospectiva?

DORA: Então, eu tenho uma certa idade, quando eu me formei, a perspectiva na universidade pública era fechada, eram pouquíssimas vagas abertas. Eu comecei o meu mestrado na década de 1980, a chamada década perdida. Eu iniciei trabalhando em supletivos, curso para quem não tinha acabado a escola normal. Dei aulas em escola também. Depois fui para o Conselho Estadual do Meio Ambiente. Daí apareceu um concurso para historiógrafa no Instituto Butantan. Fiquei uns quatro anos lá. Mas era uma época muito complicada. Eu cuidava do Museu Histórico e do arquivo. Havia meses que não recebíamos material de limpeza, material adequado para acondicionar os documentos e manuseá-los, material de escritório. Não era esse Instituto que nós podemos visitar hoje. Toda a área cultural foi reestruturada, ou melhor, estruturada. Entre outras ações, contrataram mais especialistas e investiram recursos. O que foi ótimo, porque o Butantan tem um acervo documental incrível, inclusive para a História Ambiental. Mas não tive paciência para esperar anos por essas mudanças. Saí do Instituto e voltei para a sala de aula. Acabei indo para uma instituição privada.

Eu entrei nessa instituição privada justamente quando havia uma grande onda de alunos que tinham se formado no Ensino Médio, porém as vagas em universidades públicas não aumentaram. Houve uma grande expansão da iniciativa privada na educação superior. De início, eram instituições de capital nacional, depois começa a entrar o capital estrangeiro. Nossos alunos eram fundamentalmente jovens egressos da escola pública, e pessoas mais velhas que se viam obrigadas a obter um diploma universitário para buscar melhor colocação no mercado. Eram na sua grande maioria alunos trabalhadores. Essas instituições privadas variavam e variam muito quanto à qualidade de ensino, instalações, bibliotecas e condições de trabalho, apesar das contínuas avaliações do MEC. Trabalhei numa instituição que a princípio tinha uma proposta interessante, chegando a financiar pesquisas. Foi um grande aprendizado. Formamos um grupo muito bom no curso de História. Nós conseguimos colocar alguns alunos nossos na pós-graduação, em universidade pública. Tivemos alunos muito dedicados. Gente que está hoje na rede pública desenvolvendo um trabalho bem interessante. Alguns poucos seguiram para a pós-graduação. Continuo a manter contato com alguns.

Antes da UEL, dei aulas na Universidade Estadual de Minas Gerais, na unidade de Campanha. Achei que seria interessante ir para a cidade onde o Vital Brasil (Mineira da Campanha) havia nascido. O curso de História está muito bem montado. A maioria das/dos alunas/os vem de outras pequenas cidades dos arredores e de São Paulo. Foi uma experiência muito gostosa.

Campanha é uma cidade do século XVIII, localizada no sul de Minas Gerais. Possui ainda um centro com grandes construções do século XVIII e XIX. A casa onde nasceu o Vital Brasil transformou-se num dos museus da cidade. Porque é uma cidade pequena, tem menos de 20.000 habitantes e possui um relevo montanhoso, iniciei um trabalho buscando mapear, dentro do perímetro urbano, a vista abrangida pela matriz, igrejas e capelas mais antigas do município. Todas construídas em topos de morros.

Imagem 6: Dora Shellard Corrêa. Comunidade do Rio Jauaperi (perto do encontro com o Rio Negro). Data: 2014.



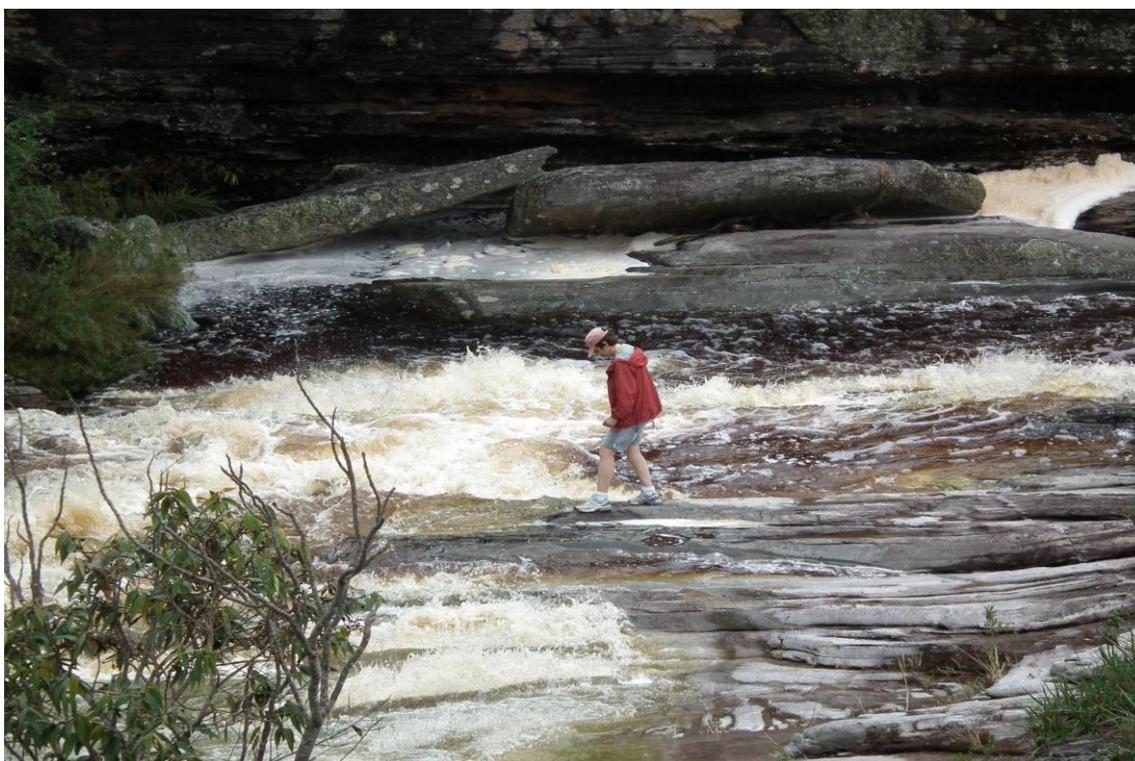
Fonte: Arquivo Pessoal de Dora Shellard Corrêa.

SARA: Então eu queria que você comentasse um pouco sobre a questão do gênero na história ambiental, poderia falar um pouco sobre suas opiniões sobre isso, quais as possibilidades, se você considera que essa é uma ligação necessária? Como os trabalhos de história ambiental devem enfrentar o gênero como temática?

DORA: Não trabalho especificamente com gênero em história ambiental, mas pelo interesse no assunto li “The death of nature: women, ecology and scientific revolution” da Carolyn Merchant. Nessa obra, ela focaliza os dois primeiros séculos da colonização inglesa na América do Norte. Recentemente, eu reli esse livro para uma

discussão crítica no grupo de estudos Gênero e Meio Ambiente do Laboratório de Pesquisa em Educação e História Ambiental da Universidade Estadual de Marília. Esse grupo é coordenado pela Cássia N. Peguim. Essa releitura foi fundamental, para começar a refletir sobre alguns detalhes nas informações constantes nas fontes que eu pesquisava. Explicitando um pouco melhor, chama a atenção nas cartas e livros do Padre Montoya escritos sobre a sua experiência na Província do Guairá, as vezes em que mulheres e os animais não domésticos individualmente são representados como possuídos pelo demônio em comparação aos homens. Esses últimos são referenciados da mesma forma, porém enquanto pertencentes a um grupo indígena não reduzido.

Imagem 7: Ibitipoca (MG). Data: 2016.



Fonte: Arquivo Pessoal de Dora Shellard Corrêa.

DENIS: Professora, em relação aos seus estudos sobre o sertão, ou mais especificamente, sobre os Sertões Paulistas do século XVI ao século XIX, você descreve que o sertão era penetrado pelos bandeirantes, soldados, sertanejos e ele também era relatado depois por essas pessoas e, mais

posteriormente, representado por poetas, intelectuais e literatos. A visão dessas pessoas vai ser um pouco diferente, porque na maioria das vezes esses poetas e intelectuais não iam até o local, eles se espelhavam então em outros relatos. Eu gostaria de saber quais são os cuidados que a gente tem que tomar como historiador, historiadora, ao analisar o sertão como uma representação, mas também o sertão como um lugar, como um espaço, quais são os cuidados? O que você indica para esse tipo de análise?

DORA: Sertão é espaço e tempo. Mas não um espaço com características físicas singulares, e sim com peculiaridades culturais e políticas. É tempo, porque essas peculiaridades vão sendo ressignificadas. São inúmeros os sertões. Uma coisa era o sertão do Tibagi no século XVIII, e outra vai ser o sertão de Itapecerica da Serra na Grande São Paulo no século XX, ou o sertão nordestino.

O termo sertão já aparece na carta de Pero Vaz de Caminha. Segundo o dicionário do conhecido lexicógrafo português, do padre Rafael Bluteau, publicado em 1721, sertão era interior, oposto ao mar. Nesse sentido que Pero Vaz de Caminha utiliza o termo em sua carta. Contudo, analisando o uso da palavra, percebe-se que ela incorporava mais ideias do que apenas espaço oposto à marinha, tanto em Portugal, como nas colônias na América e África. E essas terras sul-americanas e africanas se diferenciavam em relação às europeias, não apenas quanto ao meio ambiente, mas cultural e politicamente também.

Na década de 1990, inúmeros historiadores publicaram pesquisas variadas e valiosíssimas discutindo sertão. Há estudos argumentando que na literatura, particularmente o romantismo brasileiro, a caracterização do sertão está muito ligada ao processo de construção de uma identidade nacional. Para trabalhar com essa categoria hoje, você precisa partir dessa produção, dialogar com ela, e contextualizar as fontes que você está analisando.

Estudando as cartas jesuíticas sobre o Guairá no século XVII, os relatos dos comandantes do Morgado de Mateus sobre os sertões do Tibagi no século XVIII, e os roteiros dos sertanistas do Barão da Silva Machado, Joaquim Francisco Lopes e John

Elliot atravessando o norte do Paraná, no século XIX, está claro que eles sabem aonde querem chegar, que grupos indígenas querem encontrar e evitar. O padre Montoya era direcionado por índios reduzidos. Os comandantes e os sertanistas entram nos sertões orientados por roteiros e conhecimentos existentes. Como comentei atrás, nos séculos XVIII e XIX esses sertões que estudei já eram perambulados por posseiros, comerciantes, sertanistas. Já há uma circulação por caminhos atravessando territórios de grupos indígenas, com os quais conseguiam alimentos ou mesmo trocar mercadorias. Os sertões sempre foram conhecidos, mas não dominados militarmente e idealmente pelas autoridades coloniais e depois nacionais.

Imagem 8: Dora Shellard Corrêa. Trilha do Monte Roraima; Parque Nacional Canaima, Venezuela. Data: 2017.



Fonte: Arquivo Pessoal de Dora Shellard Corrêa.

ELENITA: Na nossa última pergunta, queria te fazer pensar um pouco sobre a questão do presente, na sua visão, qual é o nosso papel, enquanto historiadoras e historiadores ambientais, frente a devastação do tempo presente? Como você vê a questão ambiental como um todo, o que está acontecendo atualmente no Brasil, no mundo? Você é mais pessimista ou otimista, como você vê essa questão?

DORA: Em geral sou otimista, mas estamos num contexto muito confuso idealmente. A velocidade com que estamos degradando o planeta, a quantidade de resíduos que estamos produzindo, isso tudo é bem assustador. Mas estou mais confusa ainda com as diferentes e contraditórias sugestões de devir que tem sido feitas pelos inúmeros personagens envolvidos no debate ambiental, e nas ações concretas visando conservação e preservação do meio ambiente. O fato da luta pela defesa do meio ambiente ter sido transformada numa mercadoria, aliás, tudo ter sido transformado em mercadoria, até as vistas, os cenários naturais, embaraça a nossa consciência da realidade.

Uma das nossas práticas como acadêmicos, como cientistas, é trocarmos ideias, debatermos. Em nossos simpósios e congressos tem tido pouca discussão. Todo mundo parece concordar com tudo. Devemos discutir. A maioria de nós, historiadores ambientais, é formada em história. Não podemos menosprezar esse fato, não devemos esquecer de questões metodológicas básicas da historiografia, como a contextualização das fontes, dos conceitos e dos informantes. E, finalmente, Philippe Descola e outros intelectuais pelo mundo afora tem criticado a ciência ocidental pela sua arrogância. Os antropólogos apontam que devemos olhar também para os outros, ouvir os outros, entender o que os grupos indígenas e as sociedades tradicionais na África, na Austrália, Oceania, têm a nos falar. Não para buscar soluções, mas para refletir e pensar em outras alternativas, outras formas da gente se relacionar com a natureza, como escreve Manuela Carneiro da Cunha.

Como historiadores ambientais, podemos apontar a recriação de mitos antigos, como o do Paraíso, dissimulados no debate sobre a preservação ambiental. No recente livro “O jardim das Hespérides. Minas e as visões do mundo natural no século XVIII”, Laura de Mello e Souza sugere, ao final da obra, a permanência desse imaginário ainda hoje, no século XXI. Devemos alertar para a cilada que é a crença na existência de terra intocada. Não podemos esquecer que somos historiadores.

REFERÊNCIAS

- Anne Cauquelin. A invenção da paisagem. (São Paulo: Martins Fontes, 2007).
- Antonio Ruiz de Montoya, Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañia de Jesus, en las Provincias del Paraguay, Parana, Uruguay y Tape, 1639, Imprenta del Reyno, Madrid.
- Carlo Guinzburg. Mitos, emblemas, sinais. (São Paulo: Cia das Letras, 1989).
- Carolyn Merchant. The death of nature: women, ecology, and scientific Revolution. (San Francisco: Harper Collins, 1990).
- Ceibero. Glossário de termos setecentistas. Disponível em: <https://denipoti.wixsite.com/website>
- Débora Danowski; Eduardo Viveiros de Castro. Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins. (Florianópolis: Cultura e Barbárie e Instituto Socioambiental, 2014).
- Denis E Cosgrove. Social formation and symbolic landscape. With a new introduction. (Madison: The University of Wisconsin Press, 1998).
- Donald Worster. "Para fazer história ambiental". Estudos Históricos, V. 4, n. 8, 1991.
- Dora S. Corrêa, Zuleika Alvim. A água no olhar da história. (São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1999).
- Dora S. Corrêa. "País", Verbete, *Glossário de Termos do Mundo Ibérico Setecentista*, Disponível em: <https://denipoti.wixsite.com/website>
- Dora S. Corrêa. "A colonização oficial como processo de contra reforma agrária. O caso do núcleo colonial Barão de Antonina". *Ágora (UNISC)*, v. 12, (2006): 157-166.
- Dora S. Corrêa. "Caio Prado Júnior como matriz de uma história ambiental". *Revista de Economia Política e História Econômica (São Paulo)*, v. 4, (2007): 61-75.
- Dora S. Corrêa. "Descrição da paisagem no trabalho historiográfico. Diálogos entre Capistrano de Abreu e Sérgio Buarque de Holanda". *Maquinações (UEL)*, v. 1, (2007): 10-11.
- Dora S. Corrêa. "Descrições de paisagens - construindo vazios humanos e territórios indígenas na capitania de São Paulo ao final do século XVIII". *Varia História*, v. 24, (2008): 135-152.
- Dora S. Corrêa. "O Estado e as paisagens criadas a partir do século XIX por índios, posseiros, colonos e pequenos proprietários na Área de Proteção Ambiental de Tejuπά". *Histórica (São Paulo. Online)*, v. 47, (2011): 1-10.

Dora S. Corrêa. “Paisagem através de outros olhares”, *Revista de História Regional*, 20, 2 (2015): 252-276.

Dora S. Corrêa. “Paisagem”, *Verbetes, Glossário de Termos do Mundo Ibérico Setecentista*, Disponível em: <https://denipoti.wixsite.com/website/paisagem>

Dora S. Corrêa. “Reflexões sobre uma zona de fronteira no século XVII: a Província do Guairá e o Sertão dos Carijós”. *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História, v. 69, (2020): 137-171.

Dora S. Corrêa. *Paisagens sobrepostas: Índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva 1923-1930* (Londrina: Eduel, 2013).

Dora S. Corrêa; J. T. Oliva. Um exercício para o estudo de paisagens pretéritas. In: Marina Miraglia; Ana Marcela França. (Orgs.). *Paisaje y patrimonio: impresiones de la historia en el ambiente natural*. (Quilmes; Buenos Aires: Teseopress, 2021).

Fernand Braudel. “História e ciências sociais. A longa duração”. *Revista de História*. V. 30, n.62, (1965): 261-294.

Governo no Brasil. Lei n. 9985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o artigo 225, § 1o, incisos I, II, 641 III e VII Constituição federal, institui o Sistema Nacional de Conservação da Natureza e dá outras providências.

Jaime Cortesão. *Jesuítas e bandeirantes no Guairá, 1549-1640*, Manuscritos da Coleção de Angelis I, 1951, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

José Augusto Drummond. “A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa”. *Estudos Históricos*, V. 4, n. 8, 1991.

José Augusto Pádua. *Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil*. In: _____ (Org.) *Ecologia e política no Brasil*. (Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1987).

Jozimar Paes de Almeida. *A extinção do arco-íris*. *Ecologia e História*. (Campinas: Papirus, 1988).

Laura de Mello Souza. *O jardim das Hespérides. Minas e as visões do mundo natural no século XVIII*. (São Paulo, Cia das Letras, 2022).

Manuela Carneiro da Cunha. *Cultura com aspas*. (São Paulo: Ubu Editora, 2017).

Notícia da conquista e descobrimento dos sertões do Tibagi, na capitania de S. Paulo, no governo do General Don Luís António de Sousa Botelho Mourão, conforme as ordens de sua Majestade. 1768-1774, 1956, *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 76, Rio de Janeiro.

Philippe Descola. *Outras naturezas, outras culturas*. (São Paulo: Editora 34, 2016).

Rafael Bluteau. Vocabulário português, e latino. (Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1721 [Tomo 7]).

Raymond Williams. O campo e a cidade. Na história da literatura. (São Paulo, Cia das Letras, 2000).

Reinhart Koselleck. História dos conceitos. (Rio de Janeiro: Contraponto, 2020).

Revista de História, n. 133, (1995): 91-119.

Sérgio Buarque de Holanda. Visão do Paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 5^a. Ed. (São Paulo: Brasiliense, 1992).

Warren Dean. “A conservação das florestas no sudoeste do Brasil, 1900-1955”. Revista de História, n. 133, 1995.

Warren Dean. Industrialização de São Paulo, 1880-1945. (São Paulo: Difel, 1971).

Warren Dean. Rio Claro. Um sistema de grande lavoura, 1820-1929. (Rio de Janeiro, 1977).

Warren Dean. With broadax and firebrand. The destruction of the Brazilian Atlantic Forest. (Berkeley: University of California Press, 1995).

Recebido: 25/05/2023
Aprovado: 21/06/2023